



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios



Fls. _____

Órgão : 4ª TURMA CÍVEL
Classe : AGRAVO DE INSTRUMENTO
N. Processo : **20160020011385AGI**
: **(0001415-90.2016.8.07.0000)**
Agravante(s) : WILON WANDER LOPES
Agravado(s) : DISTRITO FEDERAL, DETRAN
: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO
: DISTRITO FEDERAL, RENATO SANTANA DA
: SILVA, RICARDO LUSTOSA JACOBINA
Relator : Desembargador JAMES EDUARDO OLIVEIRA
Acórdão N. : 963095

E M E N T A

DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO POPULAR. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. DANO IRREVERSÍVEL AO PATRIMÔNIO PÚBLICO NÃO DEMONSTRADO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. INDEFERIMENTO MANTIDO.

I. Os atos administrativos são imantados por presunção de legitimidade e veracidade que só pode ser desconstituída mediante prova concludente em sentido contrário.

II. À falta de prova inequívoca da ilegalidade e lesividade irreversível ao patrimônio público, não se pode antecipar os efeitos da tutela jurisdicional para o fim suspender o ato administrativo impugnado na *ação popular*.

III. Recurso conhecido e desprovido.

Código de Verificação :2016ACO480JEW7XP6B01C4QIPTK

GABINETE DO DESEMBARGADOR **JAMES EDUARDO OLIVEIRA**

1

A C Ó R D ã O

Acordam os Senhores Desembargadores da **4ª TURMA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **JAMES EDUARDO OLIVEIRA** - Relator, **ROMULO DE ARAUJO MENDES** - 1º Vogal, **FERNANDO HABIBE** - 2º Vogal, sob a presidência do Senhor Desembargador **SÉRGIO ROCHA**, em proferir a seguinte decisão: **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília(DF), 24 de Agosto de 2016.

Documento Assinado Eletronicamente

JAMES EDUARDO OLIVEIRA

Relator

Código de Verificação :2016ACO480JEW7XP6B01C4QIPTK

GABINETE DO DESEMBARGADOR **JAMES EDUARDO OLIVEIRA**

2

RELATÓRIO

Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por WILSON WANDER LOPES contra a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal que, na AÇÃO POPULAR ajuizada em desfavor do DISTRITO FEDERAL e OUTROS, indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

O Agravante sustenta (i) que a demanda objetiva impedir que a Avenida Comercial e a Avenida SAMDU sejam transformadas em via de mão única; (ii) que a conversão das referidas vias em rodovia-corredor implicará em prejuízos econômicos ao comércio local, além de inegáveis danos ambientais pelo aumento considerável do fluxo de veículos; e (iii) que, conforme prevê a Lei Distrital 2.372/99, tal transfiguração depende de prévia consulta aos moradores locais.

Requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal para suspender o ato de implantação de mão única nas Avenidas Comercial e SAMDU de Taguatinga/DF.

Dispensado o preparo.

A antecipação dos efeitos da tutela recursal foi indeferida nos termos da decisão de fls. 45/48.

Em contrarrazões, o primeiro Agravado argumenta (i) que a alegação de desvio de finalidade não se mostra plausível nem tem respaldo probatório; (ii) que é inverossímil a tese de que a disposição de mão única trará prejuízos aos comerciantes e aos comerciários de Taguatinga; (iii) que a alteração das vias faz parte do Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal (PDFTU/DF – 2010); (iv) que foi verificada uma melhoria dos serviços das vias através de estudos de tráfego; (v) que as informações presentes nos estudos técnicos foram apresentadas à coletividade em audiência pública; (vi) que serão tomadas medidas concretas para preservação dos comércios locais; e (vii) que a Lei 2.372/99 é inconstitucional e foi revogada pelo PDTU/DF.

Pugna pelo desprovimento do recurso.

A Procuradoria de Justiça Cível manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso (fls. 235/236).

Inclua-se em pauta.

V O T O S

O Senhor Desembargador JAMES EDUARDO OLIVEIRA - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conhecimento do recurso.

No âmbito da *ação popular*, a possibilidade de suspensão *in limine litis* do ato administrativo impugnado é assim disciplinada no artigo 5º, § 4º, da Lei 4.717/65,

Art. 5º

(...)

§ 4º Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

Como todo ato jurisdicional acautelatório, a suspensão do ato considerado lesivo ao patrimônio público está adstrita à demonstração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. Conforme ensina José dos Santos Carvalho Filho:

É de todo concebível que um ato lesivo possa produzir dano irreversível se não for imediatamente suspenso. Como é evidente, a demora no desfecho da ação não permitiria a atuação da tutela preventiva, normalmente processada pela medida liminar. (Manual de direito administrativo, 16ª ed., revisada, ampliada e atualizada, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2006, fl. 868).

No caso *sub judice*, nesta etapa de cognição sumária e incompleta não se divisa lesividade irreversível ao patrimônio público apta a respaldar o deferimento da liminar pleiteada. Como fez consignar com propriedade o douto juiz da causa:

No caso em apreço, muito embora os argumentos dos Autores demonstrem certa relevância, o receio de dano irreparável ou de difícil reparação não resta evidente; afinal, o suposto prejuízo alegado é de natureza econômica e, se ocorrer, poderá, em tese, ser reparado.

Além disso, da análise das alegações autorais não vislumbro presente, ao menos neste juízo de cognição estritamente sumária, qualquer lesão ao patrimônio público, razão pela qual não resta, no presente momento, evidente a situação exposta no § 4º do artigo 5º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

O § 1º do artigo 1º do retro mencionado diploma legal, nessa linha de raciocínio, conceitua o que se considera patrimônio público, preconizando:

"Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico."

No caso dos autos, entretanto, muito embora os Autores afirmem que a medida a ser adotada não observou uma necessária consulta da comunidade, ao mesmo tempo em que a preparação necessária para seu implemento não foi efetivada, fatos estes que não se descartam, não resta assente a violação daqueles bens e direitos.

Ademais, a não observância das regras necessárias à implantação da medida importa que o Juízo adentre, de modo exauriente, no mérito da questão ventilada, o que não se faz possível neste exame perfunctório.

Com efeito, ao menos por ora, indefiro o pleito antecipatório.

É de se ter presente que os atos administrativos são imantados por uma presunção de legitimidade que só pode ser desconstituída mediante prova concludente em sentido contrário. Na justa ponderação de José dos Santos Carvalho Filho:

Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, como bem anota DIEZ. Essa característica não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato

administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado. (Manual de Direito Administrativo, 19ª ed., Lumen Juris, p. 111/112).

Mais do que legítimos, os atos administrativos presumem-se verídicos. Legitimidade e veracidade são atributos indissociáveis que conferem ao ato administrativo a presunção de terem sido realizados de acordo com a lei e de espelhar a conformidade com os fatos narrados ou atestados pela Administração Pública. A propósito do tema, explana Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

A presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei. A presunção de veracidade diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações por ela fornecidos, todos dotados de fé pública. (Direito Administrativo, 14ª ed., Atlas, p. 189).

As provas produzidas unilateralmente pelo Agravante não permitem, concluir, com a indispensável segurança, que o ato administrativo combatido padece de ilegalidade ou ilegitimidade.

O exercício do contraditório e o enriquecimento dos autos com novos elementos de convicção revelam-se imprescindíveis, sob o enfoque probatório, para a outorga da tutela jurisdicional postulada na petição inicial.

Em conclusão, ante a ausência de prova inequívoca acerca da lesividade irreversível ao patrimônio e da ilegalidade do ato administrativo, não há como deferir o sobrestamento pleiteado.

Isto posto, conheço e nego provimento ao recurso.

O Senhor Desembargador ROMULO DE ARAUJO MENDES - Vogal

Com o relator.

Código de Verificação :2016ACO480JEW7XP6B01C4QIPTK

GABINETE DO DESEMBARGADOR **JAMES EDUARDO OLIVEIRA**

6

O Senhor Desembargador FERNANDO HABIBE - Vogal

Com o relator.

D E C I S Ã O

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME

Código de Verificação :2016ACO480JEW7XP6B01C4QIPK

GABINETE DO DESEMBARGADOR JAMES EDUARDO OLIVEIRA

7